

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2ª VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3ª VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções nº 826 a 830/2013 - DGP	2
	Resoluções de Afastamentos nº 678 a 680/2013	3
MATÉRIAS PUBLICAÇÕES	Atos Legislativos	
	Ata da 2257ª Sessão Ordinária - Íntegra	4
	Ata de Reunião Comissão Especial Externa -	
	Resolução nº 034/13	14

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº826/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º APROVAR as ESCALAS DE FERIAS, referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2013, dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme relação anexa:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 29 de novembro 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalser Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remidio Monai Montessi

2º Secretário

Anexo da Resolução nº826/2013 Escala de FériasALE/RR referente ao Mês de Novembro.

NOME	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO
ANDRIA VALERIA DE SOUSA SALES	2012/2013	04/11/2013	03/12/2013
CARLOS OLÍMPIO MELO DA SILVA	2012/2013	01/11/2013	30/11/2013
CHIRLEY DE ARAUJO FERREIRA	2012/2013	11/11/2013	10/12/2013
HAYZA KELLEN PEREIRA DE MELO	2010/2011	04/11/2013	03/12/2013
MARCELE SOCORRO DE ALMEIDA FIGUEIRA	2011/2012	11/11/2013	10/12/2013
MARIA DE FATIMA MENEZES REZENDE	2012/2013	18/11/2013	17/12/2013
PABLO KENNIO ALMEIDA COUTINHO	2011/2012	11/11/2013	10/12/2013
SONJA CIBELE DA SILVA CHACON	2009/2010	01/11/2013	30/11/2013
ELKE COELHO DO NASCIMENTO	2012/2013	21/11/2013	20/12/2013
MARLEN MENDES LIMA	2010/2011	18/11/2013	17/12/2013
EVEN KEILA SALES REBOUÇAS	2013/2014	02/12/2013	21/12/2013

Anexo da Resolução nº826/2013 Escala de FériasALE/RR referente ao Mês de Dezembro.

NOME	EXERCÍCIO	INÍCIO	TÉRMINO
ADRYANA KAROLINA TAVEIRA DE SOUSA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
ALCIRENE SANTOS DE OLIVEIRA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
ALEX REIS COELHO	2012/2013	26/12/2013	24/01/2014
CARLOS OLÍMPIO MELO DA SILVA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
ANDREIA MELO DA SILVA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
ANDREIA FERNANDES LIMA	2013/2014	02/12/2013	31/12/2013
BRUNA CAROLINA SANTOS GONÇALVES	2012/2013	26/12/2013	24/01/2014
CINTIA BRITO DOS SANTOS	2012/2013	29/12/2013	27/01/2014
CREUZA CRISTINA SAMPAIO MELO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
CRISTIANE REGO LIMA	2012/2013	16/12/2013	14/01/2014
EDSON GENTIL RIBEIRO DE ANDRADE	2012/2013	20/12/2013	18/01/2014
ELENILTON CARVALHO MACHADO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
ELIETE LEAL PEREIRA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
ERIDAN SANTOS RIBEIRO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
FABIANA DE LIMA COSTA	2012/2013	20/12/2013	18/01/2014
FRANCISCA ELENA MARTINS	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
FRANCILDA SOUSA DO NASCIMENTO	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
IARA DE SOUSA	2010/2011	06/12/2013	04/01/2014
JAILTON CORDEIRO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
JORDANIA DA SILVA MENDES	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
JOSE VANDER MAIA	2012/2013	17/12/2013	15/01/2014
JOSE VICTOR DA COSTA ALECRIM NETO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
JUCIVAL TERRA DE ALENCAR	2011/2012	23/12/2013	21/01/2014
KARLA MICHELE COELHO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
LEON D'AVILA BARROS CANDIDO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
LINARA ROQUE FERREIRA	2013/2014	20/12/2013	18/01/2014
LUCIARA OLIVEIRA LIMA	2013/2014	30/12/2013	28/01/2014
LUCILENE PEREIRA DA SILVA DE LIMA	2012/2013	10/12/2013	08/01/2014
LUMA NAHINE ALMEIDA	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
MAILA ARAUJO TRIGO	2013/2014	09/12/2013	28/12/2013
MANUELA DOMINGUEZ DOS SANTOS	2012/2013	18/12/2013	16/01/2014
MARCELO DE OLIVEIRA RAMOS	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
MARCELO HIRANO JUNES	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
MARCIA MELO SEIXAS	2012/2013	15/12/2013	13/01/2014
MARIA LISAMAR MESQUITA BARROS	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
MARLUCIA CORREA JUREWISK	2012/2013	16/12/2013	14/01/2014
ORLANDO SAMPAIO DE OLIVEIRA	2010/2011	02/12/2013	31/12/2013
PABLO CORREA PEIXOTO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
PAULO ROBERTO SALVIANO MEDEIROS	2013/2014	23/12/2013	21/01/2014
PAULO MARCELO A. C. ALBUQUERQUE	2012/2013	16/12/2013	14/01/2014
RAFAELA CALAZANS BENEDITTI	2012/2013	23/12/2013	21/01/2014
RODOLFO FERNANDES TAVARES	2012/2013	20/12/2013	18/01/2014

ROSA DE FATIMA BURGUES BAENA	2011/2012	20/12/2013	18/01/2014
SARAH ALVES SANTOS	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
SEBASTIANA COIMBRA DA SILVA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
SILVIA PEREIRA DA SILVA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
SONIA MARIA PEREIRA DA SILVA	2009/2010	02/12/2013	31/12/2013
URANIA COSMO DE OLIVEIRA	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
VALCILENE CRISTINA SOBRINHO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
WALKEMAN BARBOSA DE ALMEIDA	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
PEDRO DA CUNHA CAMILO	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
FRANCISCO CACIO DE ARAUJO SOUSA	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
ANTONIO CELIO VALDIVINO AGUIAR	2012/2013	02/12/2013	31/12/2013
FRANCISCO BATISTA DAS NEVES	2013/2014	02/12/2013	31/12/2013
LINDALVA BARBOSA LIMA	2012/2013	20/12/2013	18/01/2014
CARLOS ROBERTO AMORIM	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
SILAS BARBOSA DOS SANTOS	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
VALNEIA DA SILVA GUTIERRE	2013/2014	02/12/2013	31/12/2013
NIURA CARDOSO DE SOUZA	2013/2014	02/12/2013	31/12/2013
ANTONIA CELIA M. RIBEIRO	2010/2011	02/12/2013	31/12/2013
REGIANY BARROS ABREU	2011/2012	02/12/2013	31/12/2013
WETLAS VASCONCELOS MACEDO	2013/2014	02/12/2013	31/12/2013
SERGIA VASCONCELOS DE MACEDO	2013/2014	02/12/2013	21/12/2013

RESOLUÇÃO Nº827/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR a servidora **ELIZA MARIA ALMEIDA DA SILVA** usufruir férias de 10 (dez) dias de férias suspensas, no período de 02 a 11/12/2013, referentes ao exercício de 2012/2013, conforme Memo. Nº 095/2013 – CONGER/ALE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 28 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente
Deputado Jalser Renier Padilha
1º Secretário
Deputado Remídio Monai Montessi
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº828/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR o servidor **HERMES FERREIRA DE ANDRADE FILHO** usufruir 30 (trinta) dias de férias suspensas, no período de 23/12/2013 a 21/01/2014, referentes ao exercício de 2012/2013, conforme Memorando Nº 111/2013 – Sup. Adm./ALE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antonio Martins, 29 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente
Deputado Jalser Renier Padilha
1º Secretário
Deputado Remídio Monai Montessi
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº829/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR a servidora **MARIA NUBIA BEZERRA** usufruir 20 (vinte) dias de férias suspensas, no período de 16/12/2013 a 04/01/2014, referentes ao exercício de 2012/2013, conforme Requerimento entregue no DGP/ALE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antonio Martins, 29 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente
Deputado Jalser Renier Padilha
1º Secretário
Deputado Remídio Monai Montessi
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº830/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSTAR 10 (dez) dias do período de férias da servidora **TATIANE RODRIGUES BEZERRA DE ANDRADE**, referente ao exercício de 2013/2014, de 11 a 20/11/2013, por necessidade de serviço, ficando para serem usufruídas em outra data conforme Memorando nº 059/2013 – Diretoria financeira/ALE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 11/11/2013.

Palácio Antônio Martins, 29 de novembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente
Deputado Jalser Renier Padilha
1º Secretário
Deputado Remídio Monai Montessi
2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**R E S O L U Ç Ã O Nº 678/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **CIDRAQUE DIAS DA SILVA**, Matrícula 014459 para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 29.11 a 08.12.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 29 de novembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 679/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA**, Matrícula 009006 para viajar com destino a cidade de Fortaleza-CE, no período de 04.12 a 13.12.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais junto ao Setor de Logística da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 29 de novembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 680/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **LUBIANA DA SILVA NERY, Matrícula 014071 e FABIANA DA SILVA COSTA, Matrícula 014071** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 02.12 a 11.12.2013, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 29 de novembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2257ª SESSÃO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia doze de novembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quinquagésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**): – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (**Chicão da Silveira**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata.

Não havendo quem queira discuti-los, passaremos para a votação, que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**): – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/n/13, de 06/11/13, do Deputado Gabriel Picanço, que define as atividades de impacto ambiental local no Estado de Roraima, e dá outras providências.

Memorando nº 038/13, de 07/11/13, do Deputado Joaquim de Freitas Ruiz, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 07 de Novembro.

Ofício nº 033/13, de 07/11/13, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 07 de Novembro.

Memorando nº 042/13, de 07/11/13, do Deputado George Melo, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 07 de Novembro.

Ofício nº 035/13, de 07/11/13, do Deputado Célio Rodrigues Wanderley, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 07 de Novembro.

Indicação s/n/13, de 11/11/13, do Deputado Gabriel Picanço, para recuperação da vicinal 01 do projeto de assentamento Nova Amazônia.

Projeto de Lei Complementar s/n/13, de 08/11/13, do Deputado Jânio Xingú, que altera os dispositivos normativos da Lei Complementar nº 055, de 31 de Dezembro de 2001 e “Dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Roraima, e dá outras providências.

EXTERNOS:

Ofício Circular nº 0293/13, de 22/10/13, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, encaminhando o Sumário Executivo da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, fruto do trabalho de 153 mil brasileiros que se envolveram diretamente nesse processo coordenado pela Controladoria Geral da União entre 2011 e 2012.

Ofício nº 101/13, de 07/11/13, da Ouvidoria do Senado Federal, convidando para participar da Videoconferência que será realizada no dia 26 de novembro, das 10 às 12 horas, com imagens geradas a partir do auditório Antônio Carlos Magalhães, do Interlegis, no Senado.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 061/13, de 07/11/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando à elevada deliberação, o Projeto de Lei que “Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos de Roraima – PAA Roraima”.

Mensagem Governamental nº 063/13, de 08/11/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando à elevada deliberação, o Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 55, de 31 de dezembro de 2001, nos dispositivos que menciona”.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há nove oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Fllamarion Portela** pede uma Questão de Ordem: – Senhor Presidente, por que nove? No horário regimental só havia seis.

O Senhor Primeiro Secretário, (**Jalser Renier**) – Deputado Fllamarion Portela, devo informá-lo que há dois oradores que foram inscritos após o tempo regimental: o Deputado Jalser Renier e Deputado Naldo da Loteria. Esta Casa vem sendo complacente com alguns Deputados, inclusive, eu já fiz isso, e quando ultrapassa o limite do tempo nós geralmente fazemos com que os Parlamentares assinem sua frequência.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Deputado Fllamarion, nós sempre demos tempo a mais, então nós vamos dividir o tempo por seis. Se o tempo é de dez minutos, vamos dar a todos os Deputados seis minutos. Esse é um parlamento e ninguém pode impedir os Senhores Deputados de usarem a palavra. Eu sempre fui complacente com o tempo.

O Senhor Deputado **Fllamarion Portela** – Senhor Presidente, este é um parlamento e tem conjuntos de normas que regem as condições dos trabalhos, que é o Regimento Interno. Só isso que eu questiono.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Senhor Deputado Fllamarion, Vossa Excelência não vai ter nenhum prejuízo em seu tempo.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Procede à chamada)

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**: – Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa, e todos aqui presentes, eu faço uso da tribuna, pela primeira vez nos quase três anos como Deputado, em defesa própria, por uma causa minha. No meu entendimento, o homem que não exerce a sua defesa não é digno de viver. Nós temos que ter coragem, no mínimo, para nos defender, e, se necessário, para atacar.

No domingo, dia 10 de novembro, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Senhor Governador do Estado, José de Anchieta; o suplente de Deputado, Márcio Junqueira, e a Secretária de Educação, Lenir Rodrigues, usaram a Rádio Equatorial, no Programa Linha de Frente, para proferir acusações levianas, maldosas, caluniosas contra mim e ao grupo político a que pertencemos.

E, de antemão, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu, após receber esses ataques na segunda-feira, solicitei da minha assessoria que pegasse na justiça federal, na justiça estadual, nos órgãos competentes, certidões negativas que apontam a minha idoneidade moral aqui neste Estado, diferente desses três que me atacaram em uma rádio, no domingo.

Eu quero iniciar falando da senhora Lenir Rodrigues, que me acusou de ser um mau aluno. Eu fui aluno da secretária Lenir no curso de direito até 2010, quando concluí. Ela disse na rádio, e eu achei antiético dizer que eu fui um mau aluno. E eu me lembro de a secretária Lenir, como minha professora, em várias conversas que tivemos, falar do Anchieta, dizendo que ele era um forasteiro, corrupto, que não merecia governar Roraima. “E eu, como filho desta terra, tenho o dever ético e cívico de defender esta terra. Jamais votarei no Anchieta. Não apoiarei o Anchieta”. Ela me disse várias vezes. E agora, ela vai a uma rádio a convite do Governador para atacar um ex-aluno. Isso é

vergonhoso, me decepcionei com a secretária Lenir e também com a professora Lenir.

Eu pergunto à secretária: o que houve secretária? Por que mudou tanto, se há poucos anos o Governador era tão ruim, era forasteiro, era corrupto, e agora é tão bom? Será que foram as benesses da Secretaria de Educação? Será que foi a promessa de elegê-la Deputada Estadual? Quem elege não é Governador não, quem elege é o povo. O que terá acontecido para a senhora, hoje, se prestar a um papel pequeno, maloso, de ir a uma rádio falar mal de um Deputado Estadual e de seu ex-aluno?

E eu quero aqui dizer para a secretária Lenir que os empresários que ela acusou lá, junto com o Senhor Governador e com o Márcio Junqueira, que o ex-aluno, Deputado Estadual Brito Bezerra, que ela acusou de ser um mau Deputado e um mau aluno, foi o mesmo que conseguiu mil litros de combustível, na campanha, para ela, quando nós concorriamos ao mesmo cargo eletivo. Ela pode até dizer em alto e bom tom para milhares de pessoas que eu fui um mau aluno na sua avaliação, mas não pode dizer que eu fui um mau amigo. Eu fui um bom amigo porque na hora em que ela precisou, mesmo concorrendo comigo, mesmo dentro de meu grupo, eu consegui mil litros de combustível para ela. Pode não estar declarado na prestação de contas, mas eu consegui.

A secretária Lenir responde à ação civil de improbidade administrativa, por irregularidades na merenda escolar. Ela responde, porque o transporte escolar não funciona a contento. Ela responde por não haver uma só escola construída neste governo. E ela diz que todas as escolas estão sendo reformadas e não estão. A educação é um caos em Roraima e a culpa é dela e não minha aqui, como Deputado. Ela se prestou a um papel pequeno de falar de mim, inclusive como aluno em uma rádio.

Mas agora eu quero falar do suplente de Deputado, Márcio Junqueira. O Senhor Márcio Junqueira me chamou de desqualificado. Disse que não sou um homem sério, que sou um Deputado de um mandato só. Que eu minto quando falo que aqui em nosso Estado tem uma indústria de aguardente e estamos promovendo o nome dessa aguardente em todos os municípios, distribuindo brindes, e isso é uma ação politiqueria.

O Deputado Márcio Junqueira não sai nem na rua, com medo de ser preso pela Polícia Federal. Quando não está escondido atrás de um mandato de Deputado Federal, dado por esse Governador corrupto que aqui está. Mas a fábrica de cachaça 86, que nós estamos divulgando, foi agora uma garrafinha para cada um dos gabinetes, como amostra grátis dessa cachaça. E está aqui um DVD, que eu peço para minha assessoria entregar para cada um dos Deputados, mostrando o histórico dessa fábrica no Rio Grande do Sul e a implantação dela aqui, gerando emprego e renda para o nosso povo, porque os empresários desta terra têm coragem de trabalhar, mesmo perseguido por esse Governador. Nós não somos perseguidos pelo Governo não, nós somos perseguidos é pelo Governador e por uma corja de irresponsáveis que fazem o seu mandato. Existem pessoas dignas nesse Governo, mas a grande maioria está trabalhando para o Governador, como a Secretária Lenir, que serviu ao Governador e não ao Governo. Se servisse ao Governo, faria uma boa educação.

Ele disse que não me conhece. E agora eu peço atenção, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ele disse que não me conhece e que eu devia lavar a boca para falar dele. Mas ele conhece sim. Vou clarear, aqui, a memória do Deputado Márcio Junqueira. No dia 06 de outubro de 2012, no sábado que antecedeu as eleições municipais, eu estava em Rorainópolis e o Deputado Márcio Junqueira também, como presidente do Iteraima. Por volta da meia noite, quando retornava ao Hotel Amazonas, encontrei o senhor Márcio Junqueira altamente embriagado no Hotel Amazonas, gritando: cadê o Deputado Brito? E eu prontamente disse, estou aqui, o que houve? O Deputado Márcio Junqueira me convidou a entrar no apartamento suíte 32, no Hotel Amazonas, e lá dentro, junto com dois amigos e um litro de whisky, cervejas e muitos cigarros, ele me disse: Deputado, gosto de você! Você é inteligente, é trabalhador, é um cara humilde, venha para nosso lado. Eu disse: não, eu estou deste lado, iniciei deste lado e vou terminar a campanha deste lado, e vamos ganhar a prefeitura de Rorainópolis porque o povo vai nos conceder essa honra. Ele disse: não ganha, mas já que o senhor insiste, eu gosto muito do senhor e vou lhe fazer uma oferta. Deputado, eu vou lhe dar dois lotes de mil e quinhentos hectares cada um. Vá ao meu gabinete, terça-feira, independente das eleições de Rorainópolis. Eu disse: "Deputado, eu não quero". Vou dizer aqui para vocês o que disse para

ele, e já falei antes aqui várias vezes. Eu não quero lotes de terras, porque eu nasci e me criei em roça, passei fome, não tenho perfil de trabalhar em agricultura, e não quero, esse lotes pertencem a quem trabalha. "Dê para quem trabalha." E ele continuou e disse: "Deputado, arrume dois CPFs que coloco os lotes no nome das duas pessoas", e eu disse, eu não quero porque isso é imoral, ilegal, isso dá até cadeia, e não preciso de lote, e volto a lhe dizer, passei fome com terra e não quero terra. E ele me disse: "você vai precisar de dinheiro nas eleições, você vende e compra os lotes, senão você não volta para aquela Casa". Eu disse: Se Deus quiser eu não vou precisar comprar voto, como não precisei da primeira, e entro novamente nessa Casa, se candidato for. Ele me fez essa proposta e domingo disse que não me conhecia, a não ser que ele estivesse tão embriagado que não lembra, mas eu tenho testemunhas que estavam comigo, e digo mais, ele estava tão embriagado que não distribuiu o dinheiro que o Governador mandou, porque estava numa mala e ele mostrou, dizendo: o dinheiro que tem aí é bem pouquinho. Vou mandar é fazer um jantar. E voltei às ruas de novo, 4 horas da manhã, jantei da comida dele porque não chegaram nem a levantar por estarem embriagados, mortos de bêbados.

Quero dizer também ao Deputado Márcio Junqueira que o empresário que ele chamou, e quero que o Senhor me dê tempo para eu concluir porque eu fui atacado veementemente, por mais de duas horas.

O Deputado Márcio Junqueira acusou um empresário meu, de sonegador de impostos. A esse empresário que ele acusou de sonegador, que é o proprietário dessa indústria, o senhor deve a ele mais de 100 mil reais e nunca pagou, quando esse mesmo empresário era dono do posto Solimões. Deputado Márcio Junqueira, Vossa Excelência responde sim a um processo como sonegador fiscal e está aqui o processo, inclusive estão procurando bem a penhorar. O senhor é sonegador e não paga as contas que todos sabem, é estelionatário. Ele tem um histórico de velhaco e mentiroso. Nós não, ele sim.

Mas vou encerrar como pediu Vossa Excelência, falando do Governador José de Anchieta que também falou de mim. O Governador José de Anchieta, ao invés de governar o Estado, vai para uma rádio falar mal de um Deputado, acusando de comprar voto. Ele sim é acusado de comprar voto, de improbidade administrativa, e desviar recursos públicos.

Esse mesmo Governador que protege o mandato político de suplente de Deputados, que vendeu terras urbanas de Roraima, que mantém o Presidente do IPER acusado de desviar milhões. E esse presidente confidenciou a um colega Deputado daqui, que dos 30 milhões desviados do IPER, ele só recebeu 600 mil porque o Governador passou a mão no restou. Disse para um Deputado daqui, se abriu inquérito nós vamos chamar.

Senhor Presidente, vou respeitar e vou concluir. Quero dizer que nós, empresários e políticos que somos, esse grupo a que pertencemos, vamos continuar trabalhando, acreditando em Roraima, gerando emprego e renda. Acreditando que o bem sempre vence o mal, historicamente o bem sempre vence o mal e nós representamos o bem. Agradeço a Vossa Excelência pelo tempo.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio:- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos, bom dia aos cidadãos que acompanham a sessão no dia de hoje. Bom dia também aos colaboradores da imprensa que acompanham a Sessão.

Senhor Presidente, eu venho mais uma vez a esta Tribuna cobrar o direito daquelas pessoas menos favorecidas neste Estado. O Governo do Estado tem um costume de lançar, assim como o Roraima Forte, outros programas foram lançados e já debatemos nessa Tribuna, o insucesso desses programas que são muito mais ações eleitoreiras. Presidente Guerra. Mais uma vez está aqui, na plateia, um grupo de pessoas de bem, que acreditou nesse governo, que prestou serviço a esse governo, e até o presente momento não recebeu seus salários. Estou me referindo às mães merendeiras. Estou com requerimento, Senhor Presidente, e gostaria que entrasse na Ordem do Dia de hoje, para fazermos uma Audiência Pública, chamando aqui, a Primeira Dama, a representante das Mães Merendeiras, os representantes das empresas terceirizadas que ganharam essa licitação e que não pagam às mães merendeiras, alegando que não recebem do governo. Quando vai com o Governo, o Governo diz que já pagou para essas empresas. Outros empresários dizem que só recebem quem tem algum apadrinhamento dentro do governo. Mas nessa briga entre o mar e o rochedo, o maior prejudicado são as mães merendeiras, porque elas trabalham durante um mês para ganhar um salário mínimo e aí só quem vive de salário mínimo sabe o quanto é difícil, e quando se atrasa

dois, cinco dias, o tamanho do prejuízo naquela família. Imagina atrasar quatro meses, pois já tem mães com quatro meses sem receber.

Então eu gostaria que esta Casa se sensibilizasse e aprove esse requerimento de audiência pública e as chamassem. É um programa interessante levar a mãe para fazer a merenda do seu filho na escola, com certeza terá um cuidado a mais, por se tratar de uma mãe fazendo a merenda do seu filho, mas mesmo todo amor de mãe não suporta 4 meses sem receber salário.

Nesta Casa, aqui, quando o salário do Deputado atrasa 10 dias, pois o Governador não repassa o duodécimo. Essa Casa para, ninguém vota. Ninguém conversa com o Governo enquanto não recebe seu salário. Agora, é nesse sentimento que eu quero apelar para cada um dos Deputados daqui, que se sensibilize com essas mães, e possamos aprovar, ou até mesmo o Deputado da base governista, que faça um esforço a mais, buscando uma conversa com a Primeira Dama que se vangloria com esse programa e de outros que ela implementou com a gente da sua pasta, que se sensibilize com o Governador do Estado a pagar, de imediato, não só o salário atual como os atrasados e as garantias. Deputado Jalser, eu conversei com um grupo de mães, e elas, simplesmente, só querem receber, não querem nem mais trabalhar, pois não acreditam mais.

Então, fica o pedido, assim também fica o pedido para que se coloque na Ordem do Dia um requerimento pedindo as informações. Está nas redes sociais, nos meios de comunicação do nosso Estado, hoje, a paralisação do transporte escolar, onde mais de 7 mil crianças estão ameaçadas de deixar de ter aula no interior do Estado porque o governo não paga o transporte escolar há meses.

Lembro-me que estive por várias vezes com a Secretária Leni, cobrando dela, e ela me disse: "Olha Sampaio, peguei um contrato, já feito, cheio de irregularidades, cheio de vícios, mas daqui para frente, essa nova licitação, sobre a minha gestão será diferente, e vou cumprir rigorosamente o pagamento e vou exigir rigorosamente qualidade no serviço prestado, e aí nenhuma e nem outra está funcionando. Nem a qualidade dos transportes. Eu estive visitando algumas vicinais e percebi ônibus com mais de cinco anos de uso, caindo aos pedaços, super lotação nos micro-ônibus, até nas Hilux do transporte escolar. E, por outro lado, está nas redes sociais que só recebem essas faturas do transporte escolar quem tiver um grande apadrinhamento na SEFAZ e me parece que uma meia dúzia de donos de empresas está recebendo suas faturas em dia, os demais estão atrasados dias e dias.

Então, mais uma vez nessa questão prejudicada entre o mar e o rochedo é o siri, que está entre os dois. Mais uma vez prejudicado é o pequeno, é o filho do colono que está lá na roça, na vicinal, querendo estudar. E o transporte escolar não está levando essas crianças para a sala de aula por falta de pagamento.

Então, ficam os dois pedidos, quero apelar à base governista e de oposição, que possamos aprovar preocupados para que essas crianças terminem o ano letivo, pois já tiveram outros prejuízos em virtude de greve, do próprio inverno quando não se trafegava nas vicinais, em virtude das grandes chuvas. Já foram prejudicados de todas as formas, falta de professor, falta de estrutura, e ainda corre o risco de finalizar o ano letivo em virtude da paralisação do transporte escolar.

Os donos de empresas sentem-se vulneráveis, Deputado Joaquim, porque sabem como funciona o Governo, se for lá cobrar é capaz de não receber de forma alguma. Então, eles não se expõem. Está aí a entrevista na Folha de Boa Vista, Deputado Brito, o dono da empresa passou todas as coordenadas. Mas não pode se identificar com medo de represália, porque sabemos que é um governo que faz, sim, represália.

Então, fica o nosso alerta, o nosso pedido. Peço que coloque Senhor Presidente, os dois requerimentos na Ordem do Dia, para que possamos fazer, o quanto antes, uma audiência pública com a Primeira Dama, com os donos de empresas terceirizadas, que ganharam licitações para as Mães Merendeiras, e também chamar os representantes das Mães Merendeiras para serem ouvidos, assim como a questão do transporte escolar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz: - Deputado, estou assistindo atentamente suas colocações. Por várias vezes chamamos aqui, os Secretários de Estado, para reunião na Comissão de Educação, mas eu acho que quem tem que ser convidado não é Secretária de Desenvolvimento Humano. O problema que está ocorrendo é na secretaria de educação, portanto, é a Secretária Leni que precisa ser convidada a vir prestar esclarecimentos, e inclusive, dias desse, ela deu uma entrevista dizendo que ainda não foi pago porque as coisas estão lá na Controladoria...

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua: - O Senhor está falando sobre o Programa Mãe Merendeira?

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz: - Porque esses projetos, os recursos, são da Secretaria de Educação. Então, eu acho que não adianta chamar "A", "B" ou "C", e chamar quem tem poder de decidir, para que possamos agilizar, para resolver os problemas não só das mães merendeiras, mas de todas as empresas terceirizadas que estão atrasadas, que são mulheres e mães também.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua: - Acato a sugestão de Vossa Excelência e incluo Senhor Presidente, no meu requerimento, que seja convocada a Secretária de Educação para tratar da questão da mãe merendeira também. Muito obrigado, Deputado Joaquim.

Concedo um aparte ao Deputado Jean Frank.

O Senhor Deputado Jean Frank: - Deputado Sampaio, parabéns por estar abordando esse assunto. Ainda há pouco estava reunido com alguns empresários da área de terceirização, e o Deputado Joaquim tem razão, porque quem tem que ser convocado é a Secretária de Educação, porque nós sabemos que quem está sofrendo, hoje, é o funcionário que precisa do seu salário, mas os empresários também. Sabemos das dificuldades dos empresários deste Estado. Têm empresários que estão sem receber há oito meses e a secretaria de educação, pelo que vem chegando para a gente, vem fazendo pouco caso. Até parece que a Secretária é candidata a Deputada Estadual, e ela quer acabar com a terceirização para fazer o seletivo, deixando todos os funcionários sem receber suas rescisões. Eu acho que o Deputado Joaquim está correto com o seu pensamento, e devemos convocar em plenário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus: - Eu concordo que seja convocada a Secretária de Educação, mas ele disse que tem que chamar quem decide, e quem decide neste Governo é o Governador Anchieta, a Primeira Dama Shéridan e o Senador Romero Jucá. Então tem que convocar os três, não adianta fazer nada porque se eles três disserem não, não adianta, não vai acontecer.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua: - Eu gostaria de incluir, no meu pronunciamento, a convocação da Secretária de Educação, assim como a Primeira Dama Shéridan. Peço que seja incluso na pauta da Ordem do Dia de Hoje, inclusive juntamos algumas assinaturas. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Gabriel Picanço: - Uso a Tribuna para reportar-me sobre o fechamento da BR-174 que ocorre neste momento, está sendo fechada pelos moradores de Caracará, mais precisamente das vicinais da Serra Dourada e Bem Querer, que se viram obrigados a fazer isso, porque o Senhor Governador, juntamente com o seu Vice, foram em São Luiz do Anauá há mais de sete meses enganar esse povo, dizendo que iriam resolver o problema em 30 dias, e já se passaram 8 meses. Então, o povo é humilde, ele está desesperado, perdendo o pouco que produzem, porque não tem como transportar, está sendo obrigado a fechar a BR como sendo um pedido de socorro, para que o Estado pare de prometer e seja mais eficiente em suas atitudes. Lá existem vicinais e estradas interditadas. O Hospital de Boa Vista está mais para um depósito de pessoas. Os hospitais do interior do Estado estão sucateados, e as promessas são muito grandes. Vocês se lembram quando o hospital das clínicas foi licitado? Quando tinha quarenta milhões, no caixa, o Senhor Governador fazia propaganda todas as horas, e agora que acabou o dinheiro, o hospital está um esqueleto. O Governador está querendo negociar com a Universidade para tapar o furo do Hospital das Clínicas.

E as empresas estão rescindindo contratos, como nas BRs 174 e 210. Quando tem dinheiro em caixa está tudo bem, não podemos administrar e encerrar o contrato, então, isso não pode acontecer. Roraima está precisando de gestor. Quando é para desviar dinheiro do IPER tudo bem! Quando é para tirar dinheiro do ITERAIMA, que era trinta milhões para fazer o georreferenciamento não se lembrou do Exército Brasileiro, mas se lembraram quando acabaram os trinta milhões, para fazer de graça e tapar o furo da irresponsabilidade da administração anterior do ITERAIMA. Então, contra isso nós temos que reagir. As vicinais do Amajari e do Alto Alegre estão interditadas, Deputado Brito! Isso o Governo não vê. Mas o mais cruel dos pecados que um ser humano pode cometer, o Governador disse, em alto e bom som, que já tem cento e vinte Vereadores comprados para votar nele, e lá é cinco mil para fechar com a Shéridan e o Governador e quatro só com o Governador. Então isso é ilegal, é imoral, é tirar o restinho que sobra de Roraima. Isso é o Roraima forte do Romero Jucá para comprar voto. Não tem dinheiro para pagar o transporte escolar. Não tem

dinheiro para pagar a mãe merendeira. Mas tem dinheiro para comprar Vereador.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra: – Todas as vezes que Vossa Excelência usa a Tribuna, usa com assuntos relevantes, defendendo de verdade o direito de quem trabalha neste Estado. O que o Governo está fazendo é tentar calar a voz do povo que realmente luta e trabalha para o engrandecimento deste Estado. O grupo do Governado Anchieta, que utiliza dos recursos malversados que eles desviam do Poder Público para comprar votos, influenciar decisão dos Vereadores e Prefeitos. Comenta-se, nos bastidores, que eles falam todos os dias que dinheiro resolve o problema, que o Anchieta vai ser, sim, Senador porque tem dinheiro, e vão fazer o seu candidato a Governador, como se o nosso povo fosse produto. Nós não temos preço, temos valores morais e éticos, e o que este Governo sabe fazer é tentar destruir esses valores e perseguir a classe empresarial deste Estado, que gera emprego e renda, e trabalha para ver as pessoas sustentarem, de maneira digna, suas famílias. Vão a rádios e meios de comunicação que eles detêm quase que 100% dos grupos de comunicação deste Estado, com a finalidade de degradar a imagem de Deputados de oposição e às imagens das pessoas que realmente trabalham neste Estado. Isso é inadmissível. Quero dizer ao Senhor Presidente e aos demais Deputados, que nós não vamos nos calar, e amanhã eu vou usar novamente a tribuna, só que com tempo suficiente, para falar das atrocidades que o Governador do Estado vem fazendo com quem trabalha neste Estado. E não sou homem de se amedrontar com ameaças do Governo e de Deputados Federais ou de quem quer que seja. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Gabriel Picanço, continua: - Quero lembrar que o Senhor Governador, há quase um mês, inaugurou duas escolas no Sul do Estado. Aliás, só o prédio porque não existe nada, além disso, não tem carteira nem pessoas para trabalhar. São inaugurações de campanha política, não tem uma obra conclusa. A Vicinal 26 do Baliza, que o Vice-Governador trabalhou lá em 20 quilômetros está mais furada que tábua de pilruto e esse trabalho foi feito pela empresa do Vice-Governador! Tem a 210, de onde as placas sumiram, pois só estão lá quando tem dinheiro. As empresas estão rescindindo os contratos, parece que um supermercado, onde a pessoa paga com um cheque rasga e vai embora. Contrato é coisa de justiça, o contrato com o Estado é coisa séria, embora tenha os órgãos fiscalizadores. Parece que a nuvem preta pairou em cima dos contratos, pois ninguém reclama e o povo de Roraima cada dia vai ficando mais prejudicado e com menos esperança. Entre as pessoas que estão fechando a BR 174, tem gente com 70 anos, eles estão sendo obrigados a fazerem isso, porque eles estão perdendo o pouco que produzem, eles estão perdendo a esperança de estarem lá, estão isolados há 7 meses, os alunos não estudam, não chega merenda, não chega remédio no posto médico. Então, agora eu acredito que o Governador pode dizer tudo, menos alegar falta de dinheiro, pois dinheiro não falta neste Estado, porque na hora de fazer, como dizem as bocas malditas da política, o fechamento para baterem palma para ele, para levarem o nome dele e dizer que ele é o bom, o dinheiro aparece para os Vereadores que foram eleitos com o voto do povo. Então, vamos perguntar em todos os municípios se os eleitores dos Vereadores estão recebendo o dinheiro que o palácio está dando. Pois não é justo que só o eleitor receba, pois o que votou também tem que receber. Vou pedir aos municípios que perguntem aos seus Vereadores quanto eles estão recebendo, porque a gente sabe o quanto é. Então, era isso, Senhor Presidente. Queria fazer um apelo a Vossa Excelência, que peça ao Senhor Governador para que interceda na liberação da Vicinal do Serra Dourada porque o povo não aguenta mais o isolamento, que já dura oito meses. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael**: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores, bom dia. Como havia prometido semana retrasada, de fazer uso da Tribuna, todas as vezes que houvesse oportunidade, para mostrar as promessas não cumpridas e os desmandos que estão ocorrendo no Estado. A informação é que sempre irão aparecer colegas ligados ao governo para tentar dar descrédito à oposição, como vem acontecendo nas rádios, em entrevistas. Mas, aí dizer que não é o Marcelo Natanael que vem aqui inventar fatos que estão acontecendo. Na verdade, o papel do parlamentar é representar o povo e, então, nada mais do que dizer o que o povo, que não pode subir a esta Tribuna, ou então ter o espaço que o Deputado tem. A repercussão, a grandiosidade que tem a repercussão do Deputado falar, dizer o que todo mundo na rua tem vontade de dizer. E aí, não é o Marcelo Natanael que está dizendo que

os produtores estavam ameaçando invadir o ITERAIMA, não, a imprensa noticiou isso. Não é o Deputado Marcelo Natanael que está dizendo que amanhã, quarta-feira, o transporte escolar vai parar. O meu filho, os filhos de Vossas Excelências têm transporte para ir à escola. São mais de seis mil alunos que vão sofrer com esses desmandos do Governo. Não é o Marcelo Natanael que, na sexta-feira, só ele, está inventando que lá no Km 500 os produtores estavam se manifestando, reivindicando melhorias nas estradas. Mas aparece o Governador, colegas aqui em campanhas publicitárias, dizendo que estão asfaltando as vicinais do Estado para escoar os produtos e tal. Então, será que sou eu quem está inventando? Está aqui o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Roraima, em entrevista que ouvi na Rádio Folha, reivindicando melhoria nas vicinais. Não são somente essas de asfalto não. “Produtor se arrisca em vicinal depois de cair de uma ponte há dois meses”. Eu solicitei de minha assessoria essa matéria, Deputado Célio, porque eu achei muito pertinente, e acho que o povo merece saber o que a filha dessa Senhora que fez a denúncia, em setembro do ano passado, no Ministério Público, sobre uma vicinal do Alto Alegre, ela fez uma colocação, conforme trecho da reportagem: “a filha se mostrou muito decepcionada com a classe política do Estado e o que mais nos indignou, foi que alguns políticos, em Alto Alegre, chegaram a falar que naquela vicinal não morava gente, mas no tempo da eleição eles vão lá atrás de votos...”. Então, no tempo da eleição mora gente. No tempo da eleição todo mundo é ouvido e aí a Secretaria de Obras, que adora colocar umas notas dizendo que nada condiz com o que dizemos aqui, enviou a seguinte resposta: “vai mandar uma equipe para, caso a ponte esteja muito danificada, solicitar a elaboração de um projeto básico para o processo de licitação visando à realização”. Isso aqui é o mínimo, Deputado Mecias, essa formalidade, uns oito, nove meses até essa ponte sair. Mas o engraçado é que em 2014, não sei quem é a senhora da reportagem, se ficar sabendo vou lhe dizer como é que funciona. Em 2014, pequenos produtores são chamados pelo Secretário de Obras, como ouvi, aqui, de um filho de um construtor de ponte, chamado pelo Secretário de Obras e aí, Deputado Flamarion, quem passa a manhã inteira lá querendo uma audiência com o Secretário de Obras, do nada recebe uma ligação dizendo que o Secretário está querendo falar com ele. Estou falando aqui o que quase ninguém tem coragem de dizer. O Secretário quer falar com você, e o cara fica surpreso: “meu Deus do céu, o Secretário quer falar comigo, será uma coisa boa?” E aí o Secretário coloca sob a mesa: “olha, eu tenho essa ponte aqui para fazer, só que tem que fazer logo, eu tive que prometer em troca de votos e se você não quiser ir, tem quem vá”. E aí o cara vai, muitas vezes, sem o processo licitatório, e a agilidade funciona. Essa é a realidade. Mas, acho que tenho tempo, Deputado Flamarion, queria que o Deputado Joaquim Ruiz estivesse aqui para ele concordar comigo. “Patrulha mecanizada será levada a mais quatro Municípios”. Deputado Jalser, mais três milhões e meio de reais e por 12 meses, para arrumar as vicinais que estão precisando. O Deputado Joaquim Ruiz poderia me confirmar se, para uma Prefeitura, isso seria suficiente para locar 10 caçambas a oito mil reais, daria oitenta mil reais; 02 patrol, 01 carregadeira, 01 trator de esteira, 02 caminhões pipas e 01 retro. Falo com conhecimento de causa, e tudo isso a preços elevados daria em torno de 183mil reais, mais 50 mil de impostos, nós ainda estaremos falando em 236 mil, é 291. Por que eu estou colocando isso? Porque eu vou solicitar do meu Presidente da Comissão de Transporte que a Assembleia designe fiscais para fiscalizar porque, na verdade, Deputado Célio, vai uma ou duas caçambas, vai uma máquina que passa um tempo e volta, e nós não podemos deixar que mais esse dinheiro vá para o ralo. Então, essa é a minha preocupação Deputado Brito. São 3 milhões e meio de reais dos contratos que já foram assinados, que já foram homologados. Então, a Assembleia é o único caminho e não pode permitir que essas máquinas não cheguem às Prefeituras, precisamos de respostas sobre o assunto.

Aparte concedido ao Senhor deputado Gabriel Picanço: – Muito obrigado Deputado Marcelo. Pior, Deputado, é que nós já temos denúncias de que têm figurões do Estado que dizem ter 30% no contrato, 30% para as empresas repassarem. Nós já pedimos para que o Secretário de Obras viesse aqui e trouxesse a relação dos equipamentos e ele não mandou a relação dos equipamentos não. Nós vamos fiscalizar, pois a empresa que trabalha no meu Município, o dono da empresa que trabalha lá, não tem nenhum carrinho de mão para cobrir um contrato de 3 milhões e 500 mil reais. Então, vamos ter que ir atrás dessa lavagem de dinheiro. Vamos convocar o Ministério Público porque é quase 40 milhões que está em jogo, Deputado Marcelo, e não

vamos deixar isso passar em branco. Vamos querer, sim, o contrato das máquinas, a especificação para irmos acompanhar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra: - Senhor Deputado, serei breve, apenas para concordar com Vossa Excelência e engrandecer o seu trabalho nesta Casa. Esse seu pronunciamento nesta Casa, agora, ele me veio a vislumbrar o quanto é grande a corrupção neste Estado. Eu também recebi uma denúncia, conforme essa que o Deputado Gabriel Picanço falou agora, que figurões aqui do Estado querem receber 30% da fatura desses contratos da patrulha mecanizada. E mais, querem usar esses equipamentos novos, que o Governo Federal mandou através do PAC, utilizar esses equipamentos e emitir nota fiscal como se fossem de empresas privadas contratadas. Ou seja, usar o bem público e retirar uma nota para lavar esse dinheiro para que empresários corruptos possam fazer uso do dinheiro do contribuinte para por no bolso. É um absurdo. Parabéns para Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua: - Quero apenas para concluir, Senhor Presidente, dizer que parte das empresas não é a grande culpada. Culpados são os políticos, as autoridades maiores que querem ser sócios das empresas e cobram 30%, às vezes a metade. Então, não tem como uma empresa executar esse serviço se sentindo coagida e obrigada a dar mais da metade do seu lucro para uma autoridade maior do Estado. Então, é meio que forçado a levar isso. Aproveito nesse último minuto, senhor Presidente, para dizer o que um empreiteiro me confidenciou. Infelizmente não posso citar seu nome em respeito à ética e a pedido dele, que foi chamado, pois tinha uma fatura. Vou dar como exemplo quinhentos mil reais, olharam na cara dele e disseram: "tu queres receber?" - Ele disse: quero! A autoridade perguntou: mas tu tens como dar 200 mil reais para o fulano de tal?". Ele me disse chorando: é humilhante, mas eu tive que aceitar porque senão não receberia. Então, a empresa não tem culpa não. Os empreiteiros hoje são uns pobres coitados que são forçados a entrar na corrupção. Muito obrigado, bom dia.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus: - Senhor presidente, colegas da mesa, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, amigos da imprensa, amigos e amigas que nos prestigiam nesta Casa Legislativa. Quero cumprimentar a todos, em nome do Vereador David, do Município do Cantá. Senhor Presidente, nesta manhã acalorada de debates, aqui nesta Casa, fico feliz que tenha muitas pessoas aqui e que essas pessoas possam saber, de fato, o poder que tem o Deputado. Tem muita gente Deputado Brito, que acha que Deputado manda no Governador, ora, se Deputado mandasse em Governador ninguém queria ser Governador, todo mundo queria ser Deputado. Na realidade, Deputado pede, solicita, critica, vai atrás. Os governistas, algumas vezes, são atendidos, os de oposição nunca são atendidos. Porém, temos a consciência tranquila na oposição, nós estamos sempre falando em defesa daqueles que nos elegeram. Não dá para esquecer, usando a Tribuna desta Casa, por onde andar, que este Estado está endividado, quebrado, não tem dinheiro para pagar as Mães Merendeiras que ficam três, quatro, cinco meses sem receber. Mas como disse o Deputado Gabriel Picanço, o Governador faz acordo com os Vereadores, pois para o Presidente da Câmara apoiar é cinco mil, ele e a primeira dama para Deputada Federal, e para apoiar somente o governo é quatro mil reais? Ora, alguém tem coragem de dizer que estamos mentindo sabendo que é verdade? É por isso que não tem dinheiro para pagar as empresas terceirizadas. É por isso que não tem dinheiro para pagar o transporte escolar. É por isso que não tem dinheiro para colocar medicamentos em hospitais. É por isso que não tem dinheiro para pagar o salário das mães que trabalham anos e anos. Por que tem que chamar a Secretária de educação para cá? A autora do Mãe Merendeira é a Primeira Dama, é ela a responsável, ela que foi atrás e disse que ia cuidar de vocês. Eu tenho muito respeito por ela, não quero jamais atacar a pessoa dela, mas eu quero pedir clemência pelas mães merendeiras. Clemência pelo povo de Roraima, clemência por aqueles que trabalham e não recebem seus salários, e isso o Deputado Sampaio disse aqui com muita tranquilidade, pois quando o salário dos Deputados atrasa dez dias todos aqui ficam putos da vida. Então, vamos emputecer pelas Mães Merendeiras, pelo povo de Roraima, que não recebe o seu salário. Vamos fazer isso duplamente, não só por nós. A dívida externa do Estado passa de dois bilhões de reais, desde que esse Governador assumiu, passa de dois bilhões, dinheiro emprestado para fazer asfalto, para fazer drenagem, energia rural, para fazer estradas, para melhorar a saúde, fazer esgoto. O dinheiro entra com uma rapidez muito grande por uma porta, mas sai muito rapidamente por portas que ninguém vê. Disseram que inventaram uma máquina, nos Estados Unidos, para pegar ladrão. Em uma hora, pegaram mais

de 20 ladrões, nos Estados Unidos, com essa máquina. Levaram para a Inglaterra e em uma hora pegaram mais de dez ladrões e, depois, a trouxeram para o Palácio do Governador Anchieta e, em três minutos, roubaram a máquina. Ora, não se pode brincar com as pessoas dessa forma. Eu sei que têm as rádios do Governador e do grupo dele batendo em mim todos os dias, e o único lugar que tenho para me defender é aqui nesta Tribuna. Eu não tenho o mesmo alcance deles, mas não tenho medo porque a minha mãe disse que quem não deve, não teme. Então, eles podem falar de mim o que eles quiserem, a verdade vai prevalecer. Está na Bíblia conhecerei a verdade e a verdade vos libertará. Um dia as pessoas haverão de conhecer a verdade e esse dia está próximo.

Eu queria Senhor Presidente, dirigir o meu discurso especificamente para o Município de São Luis do Anauá e para a Vila Serra Dourada, hoje. Pela segunda vez, mais de duzentos agricultores da Vila Serra Dourada estão interditando a BR-174 para chamar a atenção do Governador pelos problemas que ocorrem lá. Ora, Deputado Sampaio, a Vila Serra Dourada fica a 26 km do Município de São Luis, mas na realidade faz parte do Município de Caracará, que fica a mais de 200 km. Só tem duas entradas para Vila Dourada, pela vicinal 21 ou pelo Bem-Querer, porém a ponte está quebrada há três anos e por lá não passa ninguém. E pela vicinal 21, no Município de São Luiz do Anauá, está há um ano quebrada, sem a menor possibilidade de passar. E Serra Dourada é um grande produtor de banana, de arroz, mas lá estão perdendo toda a produção dos trabalhadores, é uma vila distante, sofrida esquecida pelo Governo, mas de gente trabalhadora, de gente que não desiste, que sonha com o melhor, de gente que acredita no futuro do nosso Estado. Portanto, quero aqui, mais uma vez, em nome do povo de Serra Dourada, pedir clemência ao Governador, para que deixe de ganhar um pouquinho e invista este pouquinho na ponte do Rio Anauá, pois o Senhor está prometendo isso há seis anos desde que assumiu o Governo. Eu quero, inclusive, fazer um apelo aqui, ao Vice-Governador Chico Rodrigues, que conhece a região, pois há seis meses ele esteve lá e prometeu fazer a ponte. Eu sei que nem tudo depende dele, mas ele tem influência no Governo e pode trabalhar para ajudar a fazer essa ponte. Infelizmente, o meu papel como Deputado é pedir, eu não posso mandar fazer. Não tenho condições de mandar fazer, mas o meu trabalho eu faço aqui, em defesa da nossa gente e de todos os Municípios do nosso Estado. A escola da Vila Serra Dourada, Deputado Célio Wanderley, não tem banheiro; as crianças fazem as suas necessidades fisiológicas no mato; não tem merenda escolar; faltam professores, servidores de apoio, e esse é o Estado das propagandas políticas. Eu não conheço e desafio qualquer um que queira defender o Governo e me mostrar uma vicinal asfaltada no Município de São Luiz do Anauá. Os produtores de São Luiz do Anauá e das vicinais querem, pelo menos, que consertem as pontes que estão quebradas e que arrumem as estradas que estão interditadas, cheias de buracos, lamas, atoleiros. Não tem posto médico, não tem médico e nem medicamentos, estão lá a Deus dará, na esperança e na fé.

No Município de São Luiz do Anauá, na sede, não é diferente, o hospital está jogado às traças e não é culpa do Secretário Alexandre, pois eu acho que ele tem, inclusive, tratado bem todo mundo que o procura, mas ele é somente o secretário. Ele achou uma secretaria acabada, onde o governador sucateia tudo e não deixa fazer nada. Não tem medicamento, não tem ambulância, não tem pessoal de apoio. E se o pessoal quiser alimentar aos doentes que estão internados no hospital de São Luiz do Anauá, têm que comprar comida. Esse é o Município de São Luiz do Anauá. A escola Alan Kardec e a escola João Rodrigues acabaram de ser inauguradas. Aliás, reinauguradas por uma reforma, mas se ligar um ventilador, tem que desligar a lâmpada e vice-versa. Parece piada, mas não é. Quem quiser ir lá para ver não precisa ir comigo, pode ir sozinho na Escola João Rodrigues e ligar as lâmpadas e depois ligar o ventilador para ver o que acontece. Mas, a empresa já recebeu. Os produtores da Vila Serra Dourada me procuram para dizer que não queriam que o Isac fizesse a ponte, porque ele faz e a ponte cai em seguida. O Isac é um trabalhador de São Luiz, mas, infelizmente, ele está há mais de dois anos que não recebe nada do Governo. Ele finge que trabalha e o Governo finge que paga ele. Essa é a grande verdade. Então, nós não podemos falar e deixar de lutar, e estou aqui como representante do sul do Estado, do Município de São Luiz do Anauá e de todo o Estado de Roraima, pedindo clemência em favor do povo de Serra Dourada e, do Município de São Luiz do Anauá, pois ali tem gente honesta, gente que trabalha e vive do suor de seu rosto. É preciso que o Governo de Roraima faça, pelo menos, o mínimo possível para aliviar o sofrimento daquela gente. Deixam

tudo nas costas do Prefeito, que é o responsável por tudo, quando na realidade o Prefeito tem responsabilidade pelas coisas do Município e o Governo não faz absolutamente nada, gasta quatro bilhões de reais, que tem no orçamento deste Estado, por ano.

A culpa não é desta Casa não, e sim do Governo que não aplica o orçamento que está lá. Mas nós colocamos recursos para a saúde, para a educação e garantimos o recurso para pagar as Mães Merendeiras. Recursos para fazer as estradas, para fazer o asfalto, mas o Governo esquece, infelizmente, esquece que esse dinheiro é do povo. Eu acho que ele misturou o dele com o do Governo e o do Governo com o dele, como ele não sabia mais de quem era ele tirou tudo para ele. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria**: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que me traz a esta Tribuna é a respeito dos terceirizados, o deputado Sampaio já se pronunciou. Eu quero, aqui, fazer um apelo para que essas empresas que brigam para ter o controle das terceirizações para que façam os pagamentos, pois essas pessoas estão desempregadas, têm as Mães merendeiras e têm muitas pessoas que estão há quatro, cinco meses sem receber. Se o Governo não paga, as empresas têm a obrigação de manter o salário dos funcionários em dia. Para isso, nós temos que convocar essas empresas e saber se existe dono ou só existe representante. As pessoas se dirigem até aos escritórios das empresas e não são atendidas, não tem previsão de quando vão receber. Se elas não têm condições de pagar, então, não deveriam ter condições de contratar. O Estado de Roraima passa por dificuldades, pois a dificuldade na arrecadação é nacional. Mas, o serviço básico tem que continuar, temos que olhar para os pequenos porque se um cargo comissionado ficar sem receber um ou dois meses não tem problema. Mas, quem ganha um salário mínimo tem que receber em dia. Isso é obrigação do Governo que não está pagando, mas tem que exigir que a empresa pague, porque para a empresa ser terceirizada ela tem que ter lastro, ter condições de se bancar. Hoje, as empresas estão brincando com as pessoas, não pagam os salários, demite sem pagar os direitos trabalhistas. Então, isso é um problema que nós, desta casa, temos que convocar para sabermos realmente o que está acontecendo.

Agora, em relação ao transporte escolar, os empresários estão parando, mas não deveriam, porque quando ocorre um pregão no Governo tem até briga para ver quem pega mais linha. E por que estão parando? Não sabem que o Governo atrasa? Todo o Governo é mal pagador, seja Governo Federal, Estadual ou Municipal, é bom cobrador, para cobrar é eficiente. Mas é mal pagador, mau administrador. Isso está comprovado. Então, quero fazer um apelo a vocês para que a gente possa tentar resolver essa situação, pois está chegando o final do ano e as pessoas que estavam desempregadas arrumaram um emprego para ganhar um salário mínimo, ficaram felizes e agora estão mais tristes ainda porque estão gastando a sola do sapato, as contas estão vencendo, os juros estão correndo e onde vamos parar?

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço: – Deputado Naldo, pela lei 885, que a Assembleia aprovou, quando se tem um Governador irresponsável, ela obrigava ele a pagar por ordem cronológica de chegada das faturas na Secretaria de Fazenda. O Governador não se sentiu bem, em ser controlado pela Assembleia, e mandou que a Assembleia anulasse essa lei. Eu faço um desafio a Vossa Excelência. Sou empresário há 28 anos neste Estado. Pegue um contrato do Estado e veja se o Senhor aguenta manter duzentas, trezentas pessoas, três, quatro meses sem receber. Ninguém aguenta. Pois quando você demora dois, três, meses para receber, o empresário fica comprometido porque os encargos sociais são injustos, os juros cobrados dos empresários são injustos. E o Estado tem que ter responsabilidade, então não contrate. O Governador só contrata com o orçamento na mão, ele não faz contrato de risco para o futuro com empresas porque é proibido. Ele só contrata quando tem dotação orçamentária, ele é irresponsável por não pagar as empresas, por isso que as mães merendeiras estão sem receber, como também, o transporte escolar não recebe. Por isso que as empresas estão quebradas neste Estado. Pois têm empresários vendendo a casa, o carro, para manter o alimento de sua família. É muito triste de ser empresário neste Estado. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio**: – Deputado, eu acho que isso tem que ser uma preocupação desta Casa. Vejo que tem ou outro Deputado, da base governista, sensível a essa questão agora. Tem um adágio popular, quando uma coisa começa errada, a tendência é continuar errada, pois uma coisa puxa a outra e a gente cai no abismo. Traduzindo, Deputado Naldo. A forma como se

dá essas licitações, se olharmos, historicamente, as terceirizadas neste Estado são praticamente do mesmo dono. O que mais nós temos visto são empresas terceirizadas que se abrem, pegam um contrato e não conseguem receber do Governo, e quando conseguem não cumprem as suas obrigações com seus colaboradores, não cumprem com os direitos trabalhistas dessas pessoas e terminam fechando as empresas e abrindo uma nova. Eu já recebi denúncias desse tipo, de que essa empresa não existe mais, porém, você pode estar numa nova empresa desde que abra mão de seus direitos trabalhista da empresa anterior que trabalhava. Isso tem sido uma prática rotineira no nosso Estado, ou seja, os conchaves nos bastidores da política com empresa tal, licitação tal é para fulano de tal que foi um bom cabo eleitoral.

No transporte escolar não é diferente. O edital de licitação foi alterado para atender certa demanda de um empresário. Todos os empresários financiaram os seus veículos no BASA para ter aquilo que o MEC exigia, no mínimo cinco anos, e tinham alguns donos de empresas que eram excelentes cabos eleitorais, embora os seus transportes estivessem com mais de cinco anos de uso. Então alteraram o edital de licitação dizendo que as empresas que tivessem mais de cinco anos teriam tantos meses para se adequar à nova norma do MEC. Dessa forma, ganharam a licitação e até hoje os ônibus continuam os mesmos e ninguém está fiscalizando.

Eu estive com a secretária Lenir, e batendo na mesa ela disse: Inclusive, comprei com recursos próprios e com a ajuda do MEC, alguns transportes e aquela empresa que não atender, vamos desclassificá-la de imediato e vamos colocar os próprios veículos da educação em substituição a essas empresas sem compromisso.

Mas, na verdade, o Deputado Gabriel tem razão: qual o empresário que aguenta bancar combustível, encargos trabalhistas, servidor, manutenção, durante quatro, cinco meses? O Governo do Estado tem recurso para isso, Deputado Jalsler, nós aprovamos um orçamento que atendia todas as nossas expectativas. E digo mais, o orçamento do Estado tem excesso de arrecadação de quase um bilhão de reais a mais, ou seja, o Governo está arrecadando muito mais do que está previsto no orçamento. O que tem é má gestão e falta de compromisso. E aí vira um Deus nos acuda. A empresa terceirizada que tiver um bom apadrinhamento político vai lá e resolve a situação. A empresa de transporte escolar que também tiver um bom apadrinhamento político também resolve a situação, porém, as outras ficam a Deus dará. E ficam torcendo para que tenha uma fofocinha, ou seja, que o empresário x comentou que não está gostando da roupa do Governador e aquele está fadado a não receber a sua fatura. Isso é fato. É preciso que esta Casa, que a sociedade roraimense, tenha a clareza do que queremos para o nosso Estado. Pois, numa educação de qualidade, na saúde, e um Governador que se preza não insere política dentro dessas instituições. Infelizmente, o Governador Anchieta não ouviu essa lição de Tasso Jereissati, e não seguiu essa orientação, e, hoje, com uma secretaria extremamente política, por exemplo, foi dito, aqui, que a Secretária de Educação é candidata a Deputada Estadual, por isso está deixando de pagar uns e pagando outros. Espero que isso não seja verdade. Então, era isso Deputado Naldo, muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion: – Deputado Naldo, só queria louvar Vossa Excelência, destacando a sua humildade, eu o conheço há muitos anos e sei que é uma pessoa de coração bom, tem um berço humilde, pois nasceu no interior do nordeste e sabe o que é dificuldade, sabe o que é não ter o dinheiro para comprar o pão da criança, de não ter o dinheiro para comprar o almoço, de não ter o dinheiro para pagar as suas contas. Mas, quero também, para finalizar, louvando o pronunciamento de Vossa Excelência, dizer que, agora, nos primeiros oito dias de novembro, o Estado recebeu noventa e seis milhões, duzentos e quarenta mil reais de FPE. Isso, Deputado Naldo, soma-se doze milhões por dia. Então, não dá para a gente acreditar que é falta de dinheiro. Então, que esse dinheiro seja usado para pagar as mães merendeiras e outros terceirizados. Semana passada estive em Rorainópolis com as trabalhadoras terceirizadas que há seis meses não recebem. Gente isso dói, pois essas pessoas têm compromisso e têm que honrar. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** continua: – Obrigado Deputado Flamarion e todos os colegas que colaboraram, mas para concluir, a gente sabe que tem um ditado que diz: “Quem não tem competência não se estabelece”. E o empresário, hoje mesmo, sem o Governo pagando, se tiver um pregão para contratar mil, duas mil pessoas, ele vai para a briga. Todo mundo quer pegar, porque recebe e não paga. Se o Governo não paga, por que os empresários querem? Por que as empresas se habilitam?

Com relação ao transporte escolar, eu sei que tem dificuldades, sei que têm empresários sérios trabalhando, mas os carros de cinco anos são para entrar no pregão. Depois que participa do pregão e ganha, aparece carro de vinte anos fazendo o transporte e muitas vezes não fazem porque quebram. Então, está faltando fiscalização, nós temos que deixar de usar menos a Tribuna e começar a fazer um trabalho de fiscalização, convocar os representantes das empresas, Secretária de Educação, Secretário de Finanças, porque quem quer ser candidato que seja, mas seja levantando uma bandeira de bom gestor. E não por ser candidato beneficiar dois ou três empresários porque irão lhe financiar. Isso é uma vergonha. Quero me juntar ao Deputado Sampaio para que possamos aprovar um requerimento para convocar essas empresas para ouvir as partes para que possamos cobrar do Governo do Estado.

Com relação à saúde, não falta dinheiro, falta é planejamento. Acho que tem que haver a compra em nível nacional, porque para a saúde todas as empresas querem vender, agora não sei por que. Porém, falta tudo. Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O Senhor Deputado Jalser Renier: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, uso esta Tribuna, primeiro para pontuar algumas colocações que foram feitas na introdução dos discursos que se passaram na manhã de hoje. Primeiro, gostaria de me reportar às palavras do Deputado Brito com relação à figura, pessoa da Secretária Estadual de Educação, a professora Lenir, que é uma roraimense, que já serviu vários governos do Estado, inclusive governo da oposição. Ela tem um trabalho prestado neste Estado, com respeito, lealdade, com seus princípios, e é uma pessoa extremamente responsável naquilo que ela faz. Então, eu só gostaria Deputado Brito, de pontuar que a secretária de educação, faz o que pode. A Secretaria Estadual, hoje, passa por um momento difícil. Não consigo entender como é que uma Secretaria Estadual de Educação não tem dentro da sua estrutura uma CPL, um DEPLAF, um orçamento onde ela tenha personalidade e autonomia para poder gerir seus recursos. E isso já foi sugerido em vários governos, embora nunca tenha acontecido. Se a Secretaria Estadual de Educação tivesse autonomia para gerir seus 25%, certamente ela não estaria passando pelo momento delicado em que passa agora. A Secretária Lenir, dentro da sua responsabilidade, faz exatamente aquilo que está dentro das suas condições, porque é muito fácil você atacar, é fácil você virar a metralhadora para um secretário A ou B, sendo você da oposição, porque a oposição só vem fazer uma coisa aqui. Atacar. Ela não vem aqui dizer: olha, nós temos uma proposta, vamos implantar um segmento de propostas para melhorar a qualidade de vida no Estado de Roraima. Não! Ela só vem aqui apontar o dedo. Isso vai acontecer neste governo, e vai acontecer em outros governos que virão, porque o papel da oposição é exatamente esse, porque só sobrevive criticando, tem que ter alguém para criticar. A oposição procura saber, exatamente, os pontos ruins que passa este ou qualquer governo. A esposa do Deputado Fларion é candidata a Governo do Estado, se vir a ganhar, vai ter os mesmos problemas que o governo tem, porque não existe governo perfeito em nenhum território nacional, e quero dizer às Vossas Excelências que a Secretária Estadual de Educação está fazendo sua parte. Então ela é criticada injustamente, na minha avaliação Deputado Brito. Concordo quando o Senhor não teceu críticas severas a ela, o Senhor, simplesmente, relembrou alguns fatos que aconteceram no passado, mas, quero por um ponto em relação a essa questão. A Secretaria de Educação tem que ter autonomia administrativa, financeira e orçamentária. O Secretário tem que responder pela pasta, tem que ter CPL, DEPLAF, tem que ter um planejamento, porque hoje o que está acontecendo dentro da estrutura da secretaria, Deputado Chico Guerra, é que existe uma CPL pra tudo, se quebrar uma lâmpada na Escola, a Secretária de Educação não tem condições nenhuma de consertar aquela lâmpada, porque tem que fazer um ofício para a Secretaria de infraestrutura que manda um documento para a CPL poder fazer uma licitação, para saber quantas estão com problemas de energia, para poder consertar. Isso é o que acontece aqui Roraima.

Com relação às terceirizações, talvez o que eu diga hoje sirva para um primo que tenho, pois sou radicalmente contra terceirização. Acho que ao invés de o governo fazer terceirização, já que ele paga muito mais para a empresa que ganha o certame, assim, o governo deveria contratar diretamente o servidor e colocar na folha de pagamento para poder executar o serviço. É muito mais interessante do que você fazer licitação, e chegar o João que só tem uma pasta debaixo do braço, que entra, ganha a licitação, e depois não tem dinheiro sequer para pagar os impostos da empresa dele, pois se ele,

empresário entrou no certame, que aguente a pancada. Ele tem que estar preparado, porque as pessoas que ele está contratando não têm culpa. Se ele contratou é porque está dizendo que vai pagar, então quem deve é ele, e se ele quis entrar no certame, concorrido pelo governo, ele tem que cumprir com seu papel, ou não entra. Quando o governo lança o edital tem meia dúzia de empresários que a gente já conhece quem são eles, que entra no certame, ganha o processo, aí começa a contratar as pessoas, e quando dá um mês, dois meses, às vezes o governo passa o dinheiro, às vezes o governo não passa, e nessa o empresário começa atrasar os servidores, é isso o que acontece aqui no Estado de Roraima, e estou falando isso porque tenho um primo que tem uma empresa de terceirizada, e eu já disse para ele sair disso, porque não leva, absolutamente, a nada. Não conheço nenhum empresário do ramo de terceirizada, em Roraima, que esteja rico. Todos estão em situação difícil, vendendo casa, vendendo fazenda, carro, para poder cumprir o seu calendário de folha de pagamento. Eu quero dizer que já propus isso ao Senhor Governador: Governador acabe com essa licitação, não faça licitação de terceirizada, contrate pela folha de pagamento do governo, é muito mais salutar do que o Senhor ficar esperando o dinheiro entrar, porque hoje o dinheiro que entra no Estado é uma loteria, todo dia 10 é uma loteria, quero deixar bem claro que não estou aqui contra os bons empresários do ramo, estou aqui contra os maus empresários. Ontem foi feita uma licitação terceirizada, na Prefeitura Municipal de Boa Vista para contratar 1.600 funcionários, e a licitação teve uma confusão, e com as mesmas empresas participando. Ganhou uma única empresa do Estado do Amazonas, que ninguém sabe quem é, mas está lá, o cidadão ganhou. Você não sabe o endereço da empresa e nem quem é ele. É bom Deputado Brito, o Senhor que é da oposição, procurar saber, porque eu também vou fazer o mesmo. Então, isso tem que acabar. Eu queria dizer mais uma vez e reiterar a minha posição. Eu sou contra esse tipo de contratação, até porque, quando o governo lança um edital para terceirizada, já tem que ter o orçamento no bolso para poder pagar o certame, senão para que vai fazer? É a minha opinião com relação à terceirização.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra: – Deputado Jalser Renier, certamente Vossa Excelência não estava no início do meu pronunciamento. Eu usei a palavra, pela primeira vez, em defesa da minha pessoa quando fui atacado. Eu acredito, injustamente, e, sem motivo algum, porque nunca me referi à Secretária Lenir, aqui nesta Casa. Não referi, acompanho os trabalhos da Comissão e Educação, porque a minha Comissão é de Indústria, Comércio e Turismo, portanto, foram gratuitas as acusações dela. Eu lamentei o fato de ela ter ido à rádio, gratuitamente, atingir a minha pessoa e a do grupo empresarial a que pertencem, porque o Deputado Xingú foi convidado pra ir à rádio me atacar e ele disse que não ia. Mas a secretária Lenir se prestou a esse papel, para falar de quando eu era aluno dela. Eu tinha que me defender. Quando Vossa Excelência fala que ela faz o que pode, eu acredito, mais especificamente pela questão da educação, e dizer que a oposição não tem projeto e não apresenta proposta, eu, particularmente, apresentei Projeto da Regionalização da Merenda Escolar, que foi aprovado por esta Casa e vetado pelo Senhor Governador, e fiz uma peregrinação nos gabinetes, me humilhei perante o governo para sancionar essa lei, para que pudéssemos consumir uma merenda de qualidade, e acredito que isso é uma proposta para a educação. Quanto às empresas terceirizadas, concordo com Vossa Excelência, sou contra, porque dos empresários das terceirizadas, 90% deles são empresários de pasta embaixo do braço, só tem a pastinha para participar e é ligado a alguém que tem influência, e quando ganha a licitação, se o governo não pagar ele não tem como pagar os funcionários. Estão aí, as mães merendeiras, todas passando por necessidades, porque o empresário não tem recurso para bancar, fechar sua empresa e dizer: olha estão todos demitidos estão todos pagos, mas o governo não me pagou, assim, ele repassa o problema para o governo, o governo repassa para o governo federal, e quem sofre é a mãe merendeira, os filhos. Isso está errado, por isso que digo que 90% dos empresários são uns lisos, entram no certame confiando nos padrinhos políticos, que tiram 70, 80% para eles e pagam uma esmola para o pequeno empresário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus: – Deputado Jalser, primeiro, quando Vossa Excelência diz que a oposição vem aqui criticar e não apresenta projetos, não é bem assim, Vossa Excelência sabe quando a oposição vai aí e critica, é porque está apontando o erro, e esse erro que a oposição aponta é para o governo consertar, porque se a gente ficar esperando que os Deputados

governistas venham para cá reclamar da saúde, educação ou do pagamento das empresas terceirizadas, não vai vir ninguém reclamar, então a oposição tem que fazer isso, esse é o nosso papel. Apontar os defeitos do governo para poder consertar; segundo, quando vossa Excelência fala do poder da Secretária de Educação, que ela não tem poderes. Eu queria que Vossa Excelência dissesse quem é que tem. Quem dá esse poder para Secretária? Está dependendo de quem? Por que ela está lá há muitos anos? Para quem ela deve reclamar e a quem ela deve pedir esse poder? É uma pergunta que fica no ar; terceiro, com relação às empresas terceirizadas, eu concordo plenamente com Vossa Excelência, mas a culpa não é só do empresário não, o empresário vai para licitação com a esperança de que o governo pague, e o governo não paga, então, como o empresário vai pagar o servidor. Isso é uma mea culpa que tem o governo e que tem o empresário. É certo que têm muitos com a pasta embaixo do braço, que não sabe nem o nome da empresa dele, mas quando o governo faz uma licitação tem que ter o dinheiro no caixa como Vossa Excelência falou, para poder pagar essas pessoas. Quero de certa forma, parabenizar o pronunciamento de Vossa Excelência, se não fosse o ataque gratuito ao grupo de oposição, Vossa Excelência estaria de parabéns, cem por cento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jean Frank: – Deputado Jalser com relação ao que Vossa Excelência colocou, sobre contratação direta pelo Governo, eu discordo. A terceirização é uma tendência mundial, não só nos órgãos Estaduais como nos Federais, do país. A Assembleia, hoje, trabalha com as terceirizações. Se Vossa Excelência é contra a terceirização, saiba que nós temos aqui na Casa várias empresas que trabalham com terceirização, e quero dizer que tenho uma prima que trabalhou há 30 anos no SETRABES, a Bitá, que Vossa Excelência conhece muito bem. Ela foi demitida daquela secretaria sem ter direito a nada, e o funcionário da empresa terceirizada, a quem Vossa Excelência diz que paga tão caro os empresários, quando eles são demitidos, Deputado, eles têm direito a FGTS, seguro desemprego, aposentadoria, é isso que este Estado tem que fazer prevalecer, é o direito dos funcionários. Agora, temos empresários que, realmente, estão quebrados no Estado de Roraima, como é o caso da empresa Atlântica, que tem 18 milhões de reais para receber do Governo do Estado. O caso da RS que ainda tem 11 milhões para receber do Governo do Estado e como é o caso da empresa da Gilce. São eles que estão gerando emprego em nosso Estado, o que falta é responsabilidade, pois às vezes deixam de pagar os empresários terceirizados, o pagamento vai chegar na conta do funcionário para pagar a empresa de merenda, a empresa de obras. Às vezes pagam 14 milhões para uma empresa de merenda lá de Manaus e não pagam os empresários aqui de Roraima que precisam e estão gerando emprego.

O Senhor Deputado Jalser Renier continua: Deputado Jean, fico até constrangido em dizer, mas a carapuça não foi para o Senhor, temos um primo em comum, que se chama Nupício Ney Padilha, que é proprietário da MEGA Food que fornece exatamente esses serviços para as mães merendeiras, e eu falei para ele não se meter com isso, porque isso não levaria a absolutamente nada.

Senhor Presidente, quero concluir dizendo que continuo com meu ponto de vista, e acho que toda ação tem uma reação, mas entre os servidores ficarem sem receber por quatro ou cinco meses nenhum benefício, e estar ligada ao governo recebendo diariamente, acho que ele acaba optando em fazer parte de um calendário do Chefe do Poder Executivo, e torcer para que governador do amanhã não venha demitir maciçamente essas pessoas, por isso é que a minha opinião é divergente da que está, hoje, apontada dentro desta Casa. Sou da filosofia de dar valor aos empresários sim, não abro mão disso, e para concluir digo que aqueles maus empresários que entram no certamente simplesmente para não cumprir com suas responsabilidades empresariais, esses eu aponto como uma pessoa que não deve participar de absolutamente nada, principalmente da vida das pessoas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais orador para o Grande Expediente, passemos para a Ordem do Dia: Discussão e votação da Moção de Pesar nº 034/13, aos familiares da Senhora Terezinha Vasconcelos, irmã da Dra. Tânia Vasconcelos, de autoria da Deputada Ângela Águida Portella; da Proposta de Moção de Pesar nº 035/13, aos familiares do Senhor Severino Maciel de Lima, cunhado do Deputado Joaquim Ruiz, de autoria do Deputado Chicão da Silveira; do Requerimento nº 078/13, “transformando a Sessão Plenária do dia 20/11/13 (quarta-feira), às 10h, em Comissão Geral, momento em que será comemorado o Dia da Consciência Negra”; do Requerimento nº 079/13, “transformando a Sessão Plenária do dia

26/11/13 (terça-feira), às 10h, em Comissão Geral, momento em que esta Casa de Leis estará homenageando a Polícia Militar do Estado, com a comenda Orgulho de Roraima”; do Projeto de Decreto Legislativo nº 032/13, que “Aprova o Relatório Conclusivo da CPI criada pelo Requerimento nº 010/13, com a finalidade de investigar a responsabilidade por danos ao consumidor, pela inadequação dos serviços prestados pelas empresas de telefonia, e dá outras providências”, e em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 014/13, que “Altera a Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012, a Lei nº 346, de 27 de setembro de 2002, e acrescenta à Lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001, as alíneas “A” e “B” ao inciso III do art. 56, e dá outras providências”, de autoria Governamental. Coloco em discussão o Requerimento nº 034.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem: – estou com a pauta da Ordem do Dia, mas ficou faltando os Decretos Legislativos nºs 022 e 020. Eu pergunto: esses Decretos Legislativos já vêm de Ordem do Dia anteriores, como não teve quórum, houve algum pedido especial para que fossem retirados da Ordem do Dia? Eu gostaria que fosse colocado na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O Senhor Presidente (Chico Guerra): – Foram retirados da pauta por mim, assim como foi colocado, na pauta, vários Requerimentos de Vossa Excelência.

Vamos votar em bloco as Moções de Pesar 034 e 035. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado.

Coloco em Discussão o Requerimento nº 078/13, “transformando a Sessão Plenária do dia 20/11/13 (quarta-feira), às 10h, em Comissão Geral, momento em que será comemorado o Dia da Consciência Negra”. Não havendo quem queira discutir, passaremos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado.

Coloco em Discussão o Requerimento nº 079/13, “transformando a Sessão Plenária do dia 26/11/13 (terça-feira), às 10h, em Comissão Geral, momento em que esta Casa de Leis estará homenageando a Polícia Militar do Estado, com a comenda Orgulho de Roraima”. Não havendo quem queira discutir, passaremos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura dos Pareceres das Comissões de Justiça, em especial o Projeto de Decreto Legislativo 032/13, que aprova o relatório circunstancial da CPI da Telefonia.

O Senhor Primeiro Secretário, (Jalser Renier) Senhor presidente, como o Relatório tem 73 páginas, peço autorização para ler apenas a parte final, apresentado pelo Deputado Flamarion Portela.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Flamarion Portela: – ontem nós fizemos essa discussão na Comissão e obtive votação unânime. Eu gostaria, de forma sucinta, de fazer uma explanação, pois vejo que pode ajudar na divulgação, no combate a essas mazelas, e o sofrimento que todos nós vivemos aqui na questão da telefonia móvel, fixa e internet.

O Senhor Presidente (Chico Guerra): – Vamos discutir o Relatório, e neste momento Vossa Excelência, na condição de Relator, terá o tempo para fazer a explanação. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – lido o Relatório.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Flamarion, pelo tempo necessário, para que possa explicar aos Senhores Deputados o trabalho realizado na CPI da Telefonia.

O Senhor Deputado Flamarion Portela: – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de início quero agradecer à Mesa Diretora pela sensibilidade de instalar esta CPI, agradecer ao Presidente, Deputado Coronel Chagas; ao Vice-Presidente, Erci de Moraes; Ivo Som e Brito Bezerra, na qualidade de membros; e quero agradecer, em nome da Márcia, a todos os servidores desta Casa que ajudaram a construir este Relatório, que tem 75 laudas, e agora vou dizer o que eu disse ontem na Comissão: o maior jogador de basquetebol disse que talento ganha partidas, equipe ganha campeonato, e esta equipe da CPI foi extremamente eficiente e aqui fica a gratidão. O nosso foco foi ouvir a sociedade, a CPI caminhou pelo Estado, foi em todos, e em vários Municípios, onde tivemos oportunidade de ouvir a sociedade, Vereadores e Prefeitos. É claro que aqui não estão todos os depoimentos,

tem uma síntese de depoimento que nós destacamos no nosso Relatório, até como uma farta prova do que foi dito. Depois nós fizemos o enquadramento da legalidade da CPI, procuramos ver o respaldo jurídico para dar legitimidade à CPI, depois a gente faz alguma responsabilização e eu vou falar das constatações.

“Após vasta investigação realizada por esta CPI, constatou-se, de forma cristalina, a insatisfação dos consumidores roraimenses com o serviço prestado pela telefonia, com a conseqüente apuração de danos ao servidor roraimense, isto é, constatou-se a violação do interesse coletivo dos consumidores coletivos do Estado de Roraima”. Então, a gente faz esta constatação quando escuta o PROCON, o Ministério Público de Defesa do Consumidor, o Poder Judiciário, e fazemos esta constatação, também, quando ouvimos a OAB, através dessas oitivas e dos depoimentos constatamos muitos problemas, dentre eles, ausência de cobertura na capital e não somente no interior, queda frequente de ligações, cobranças indevidas, serviços não contratados. Às vezes você está ligando dos Municípios que fazem fronteira com a Venezuela e com a Guiana e a nossa torre está com os canais ocupados. A torre do País vizinho é quem recebe a nossa ligação e depois vem uma cobrança de valor internacional devido a deficiência da prestação dos nossos serviços; dificuldade na resolução de problemas quando se buscam soluções e não encontram, quer sejam no call Center, ou no Poder Judiciário; ausência de lojas, no interior nós não temos lojas físicas; dificuldade em obter ligações para os call Centers; custo elevado na prestação de serviço. Além de detectar os problemas, nós estamos mostrando aqui, as origens dos problemas, eles estão ligados à sobrecarga das atuais ao número de web fizemos aqui um levantamento junto às empresas e à ANEL as webs nada mais são do que as antenas que vemos espalhadas pela cidade, a última solicitação de antena na cidade de Boa Vista foi em 2011, imagina quantas linhas foram vendidas de 2011 para cá? Sobrecarregando o sistema e tornando cada vez mais ineficiente. Aumento de linhas por web; falta de novos pedidos de web; falta de investimento dos lucros obtidos. É muito importante a sociedade entender isso, nós temos a relação linha por torre, e eu vou citar países de primeiro mundo: o Japão tem 400 linhas por torres; a Espanha 460 por torre; os Estados Unidos 1000 linhas por torres, e o Brasil tem mais de 5 mil linhas por torres. Quando nós fizemos o levantamento com uma das empresas aqui instaladas, que é a operadora que tem o maior número de linha, haja vista que 82% das linhas do Estado de Roraima são de pré-pagas, então, quando você tem mais de 5 mil linhas por torres, claro que essa relação não pode estar correta! Lá é primeiro mundo, nós aqui temos 13 vezes mais em relação linha/torre, é claro que o nosso sistema tem que apresentar deficiência, se fosse eficiente nos outros países teriam 5 mil linhas por torres isso significa custos para as empresas, mas também satisfação e respeito para os clientes, então esta relação aqui no Brasil, e particularmente em Roraima é muito elevada, isso faz com que o sistema se torne ineficiente. Qualquer um de nós quando está caminhando e a linha cai, por que isso? Por que nós estamos saindo da área de cobertura da torre que estávamos e vamos entrar na área de cobertura de outra torre, acontece que naquele momento aquela torre está com todos os canais ocupados, e por estar com todos os canais ocupados você não consegue acessar, sua linha cai, e você demora a fazer nova conexão. A Legislação que norteia essas instalações das webs de modo que o Relatório fica substancioso. Temos ainda falta de informação ao consumidor; ausência de lojas das operadoras no interior do estado. Se nós, aqui, temos dificuldades, imagine os consumidores do interior do Estado. Tivemos a oportunidade de ouvir os PROCONS, e o nosso PROCON, que é eficiente, tem realmente demonstrado isso, e nós fizemos questão de colocar no nosso Relatório a ineficiência da ANATEL, que é uma empresa reguladora, que é a empresa nacional de telecomunicação. Eu tenho a ousadia de dizer, não somente por constatação neste Relatório, mas pelas outras CPIs, que são 18 em outras Assembleias, após ouvir alguns membros do Congresso Nacional, a gente constata, de forma cristalina, que a ANATEL está a serviço das empresas de telefonia, não está a serviço dos consumidores, não está a serviço dos direitos dos consumidores nacionais, ela está tendo esta inversão de valor. Se ela é bancada com recursos públicos ela tem o papel, o dever e a obrigação de defender a sociedade. Jamais defender os empresários. Para os Senhores terem uma ideia, nós ouvimos e consta nos autos que um representante da ANATEL, aqui, que veio, fez um depoimento, depois se negou a assinar o seu termo substanciado. Ele negou a assinar aquilo que ele mesmo disse, porque ele jurou não mentir e se assinasse seria uma forma contundente, porque, com certeza, ao não assinar, ele simplesmente confirmou, na minha visão, que ele mentiu.

E eu fiz questão de colocar na íntegra todo o seu depoimento para servir de prova para o Ministério Público Federal e Estadual, para que esses órgãos de controle comecem, então, a cobrar das operadoras. E eu digo que essa cobrança deve ser nossa, porque é um direito, é uma cidadania de todos nós, como da classe política, de um modo geral, que representa a sociedade e tem o poder de legislar, principalmente o Congresso Nacional. Eu sinto que está se iniciando uma reação em nível de parlamento, dessa questão de como funcionam essas empresas de telefonia. Eu também fiz questão de destacar aqui, porque eles reclamaram muito. E é sentido hoje nas nossas residências, Deputado Marcelo, em qualquer canto, essa instabilidade da nossa energia. Eu já tive, na minha casa, problemas com a minha geladeira, tive que trocar uma placa e perdi um aparelho de ar-condicionado devido essa oscilação. Às vezes você está em casa, quando a energia falta e volta com uma sobrecarga alta, a luz aumenta o brilho, podem observar isso, porque há uma sobretensão e ao ter essa sobretensão o brilho aumenta. Às vezes isso acontece com três, quatro vezes em sequência. Não há aparelho que resista. E eles afirmam que como os aparelhos são eletrônicos, eles têm uma sensibilidade maior. Eles provaram e nós constatamos que a vida útil dos aparelhos nas empresas de telefonia aqui na cidade de Boa Vista, estão reduzindo sua vida útil pela metade. Um aparelho que é para durar três ou quatro anos está durando dois. O que era para durar dois, dura um. Às vezes, quando ele não danifica de uma vez. Então, essa instabilidade nos faz, também, conhecer a nossa empresa, a ELETROBRAZ, que gera energia na cidade de Boa Vista, para que torne o nosso sistema mais estável e seguro e menos inconstante.

Eu vou concluir, dizendo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, de cunho eminentemente investigativo, buscou aprofundar o conhecimento naquilo que constitui ser o objetivo central: a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia. Para tal, dividiu sua atuação em duas vertentes: a coleta de depoimento da população, de autoridades e representantes das empresas, bem como a coleta de documentos oficiais para traçar a situação atual da telefonia de Roraima. Não restou dúvida, como já era o sentimento desde o início dos trabalhos. Existe sim uma inadequação na prestação de serviços de telefonia, de modo a causar danos à coletividade. No entanto, no decorrer dos trabalhos, ficou mais do que comprovada, a má prestação de serviço e o percalço que atravessa a população de Roraima. Foram detectados diversos problemas, dentre os quais; a sobrecarga de érbios instalados perante o número de linhas ativas; falha nas informações ao consumidor, pela ausência de loja de empresa de telefonia no interior; e a dificuldade de obter uma ligação para o call Center, que são aquelas que você liga e manda você esperar.

E nós vamos, enfim, chegar às sugestões de caráter geral que a Comissão está fazendo, através do relatório que consta de 75 laudas. A primeira sugestão foi, a limitação ou a sustação temporária da comercialização de novas linhas de telefonia, enquanto não houver a expansão da infraestrutura e a capacidade de atendimento ao consumidor. Não dá para continuar vendendo linha e não continuarmos vendo o sistema cada vez mais ineficiente. Ganha-se muito dinheiro e não se retorna o percentual desse dinheiro na forma de investimento. Temos que exigir essa melhora sim. Sugerir a todos os municípios de Roraima a criação de legislação uniforme que permita a instalação de novas antenas sem burocracia.

Por que nós fizemos isso, Senhor Presidente? Porque há uma reclamação constante das empresas, que as Secretarias Municipais do Meio Ambiente dificultam a instalação desses érbios. E para a gente não está se intrometendo, o Paraná, por exemplo, Presidente Guerra, fez do seu bojo da CPI uma sugestão uniforme para todos os municípios. Nós não quisemos fazer isso, porque achamos que é uma intromissão. Mas nós estamos sugerindo que os municípios façam uma legislação e de preferência que essa legislação seja uniforme com praticamente todos os artigos de suas leis, bem próximos, para que não tenha dificuldade aqui, ou que a legislação do município de Boa Vista seja diferente de Caroebe ou de Caracaraf. Que ela tenha, então, uma proximidade de suas exigências para que, de forma uniforme, possa ampliar a instalação de suas torres. Recomendar à empresa ELETRONORTE e à Companhia Energética de Roraima, que possam fornecer e garantir estabilidade na rede de transmissão elétrica, considerando as constantes quedas de energia que prejudica a vida útil dos equipamentos das operadoras. Outra questão é ampliar as redes de atendimento das empresas de telefonia do interior do Estado de Roraima, possibilitando aos consumidores dessas localidades, acesso às informações dos produtos e serviços, bem como, facilitar a resolução

dos problemas dos consumidores e também melhorar o acesso dos consumidores do interior do Estado de Roraima aos call Centers. É muito importante isso, no interior também tem telefone. O interior, também paga conta, e caro. Portanto, ele precisa ter também um tratamento respeitoso.

Sugeri à ANATEL uma adequada fiscalização das empresas de telefonia e divulgação dos resultados regionalizados, às autoridades locais e à população, de um modo geral. Que a ANATEL, efetivamente, faça o seu papel e divulgue. Informe para a Comissão de Direito do Consumidor, Senhor Presidente. Informe para a Comissão de Direito do Consumidor do Ministério Público e informe para os nossos PROCONs o que, realmente, está se fazendo, no sentido de fazer chegar aos nossos usuários, um serviço de qualidade.

Última recomendação. Remeter o presente relatório final à Mesa Diretora da Casa, que já foi enviada, a fim de encaminhar as constatações ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Roraima e União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), com o fito de subsidiar eventuais inquéritos civis instalados e eventuais ações judiciais ou administrativas, precedidos pelas mesmas. Essa recomendação, além de ser legal, estamos enviando um conjunto de provas para que, se o Ministério Público Estadual e Federal quiserem, possam entrar na justiça com ações civis públicas, obrigando as empresas a prestarem serviços de qualidade.

Portanto, Senhor Presidente, esse é o relatório. Eu fiz um resumo, ficou bem sucinto, mas, mais uma vez agradeço a toda equipe, porque esse trabalho tem o suor de todos nós. Obrigado e um abraço.

O Senhor Presidente **Chico Guerra** continua – Franqueada a palavra aos membros da CPI, Deputado Coronel Chagas, Presidente da CPI.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**: – Senhor Presidente, Caros colegas Parlamentares e todos os cidadãos que nos acompanham nesta Sessão Plenária, membros dos meios de comunicação, a todos, meu cordial bom dia.

Senhor Presidente, apenas para ratificar o que foi dito aqui pelo Deputado Flamarion Portela, eminente relator da CPI da Telefonia, e procurar contribuir também um pouco mais. Essa CPI, Senhor Presidente, foi instalada em 18 Assembleias Legislativas de nosso País, em razão do dano ao consumidor, pela prestação inadequada dos serviços de telefonia pelas operadoras de telefonia fixa, móvel e de internet, principalmente em razão da queda frequente de ligações; carência de coberturas, call centers ineficientes; cobranças indevidas nas contas; alta tarifa de interconexão; baixa velocidade de internet; má qualidade na telefonia fixa, especialmente no interior do Estado. Para verificar se isso realmente acontecia foram instaladas 18 CPIs, e aqui em Roraima assim procedemos.

A CPI da telefonia em Roraima, Deputado Chico Guerra, confirmou isso, todos esses pontos que foram elencados como objeto de investigação na CPI. Foram levantados, e consta, nos autos, vasta documentação probatória de que há uma má prestação da telefonia fixa, móvel e de internet no Estado de Roraima, causando, Deputado Erci de Moraes, dano ao consumidor, e esse dano tem que ser reparado. Quero, nessa oportunidade, agradecer ao Senhor Presidente, a Mesa Diretora desta Casa e a todos os servidores do corpo técnico administrativo que compuseram a CPI da Telefonia. Quero também agradecer ao Deputado Erci de Moraes que foi nosso Vice-Presidente da CPI, agradecer ao Deputado Ivo Som e ao Brito Bezerra, membros da CPI, e ao trabalho detalhado, elaborado pelo Deputado Francisco Flamarion Portela, na elaboração do Relatório Final desta CPI, onde constaram todas as ações realizadas por esta Comissão desde a documentação, questões administrativas, oitivas realizadas, audiências públicas e pesquisas, no sentido de trazer aos autos as provas necessárias para comprovação e que efetivamente as operadoras de telefonia celular que fornecem, também, internet e telefonia fixa no interior do Estado, deixam muito a desejar e efetivamente prejudicam e causam dano ao consumidor.

Esse relatório, Senhor Presidente, sendo aprovado por esse Plenário, vamos através de Vossa Excelência encaminhar à UNALE e servirá de subsídio juntamente com as outras 17 CPIs para levarmos ao Congresso Nacional para cobrarmos um novo marco regulatório das telecomunicações, no sentido que seja favorável ao consumidor e não frontalmente favorável às empresas como acontece hoje. Era isso que nós tínhamos a dizer e pedir o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação desse relatório. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Antes de colocarmos

em votação, gostaria de agradecer aos membros da CPI, que durante seis meses visitaram todo o Estado de Roraima. Onde existia um telefone eles estavam lá ouvindo a população, colhendo subsídios para elaborar esse relatório. Parabéns à comissão, em nome da Mesa Diretora.

Coloco em votação o Relatório circunstanciado criado pela CPI e o Requerimento nº 010/13, com a finalidade de investigar os danos causados ao consumidor, pela inadequação dos serviços prestados pelas empresas de telefonia, e dá outras providências.

A votação será eletrônica e nominal. Votando sim, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem: – Senhor Presidente, a oposição vota favorável ao relatório.

O Senhor Deputado Ivo Som pede uma Questão de Ordem: – Como vice-líder do Governo, peço a toda bancada que vote pela aprovação do relatório.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 032/13 por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 014/13, bem como, do Parecer das comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido Projeto de Lei Complementar nº 014/13, bem como, o Parecer das Comissões em conjunto).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. Comunico aos Senhores Deputados que essa matéria requer quórum qualificado. Portanto, 13 votos favoráveis. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

A votação será eletrônica, solicito a abertura do painel.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede uma Questão de Ordem: – Senhor Presidente, gostaria de orientar a bancada, pois esse projeto é de suma importância para o Corpo de Bombeiros, em especial aos bombeiros do ex-Território. É um projeto que foi discutido com o comando dos Bombeiros, com o relator, e a nossa orientação, pelo tamanho do ganho, é pela aprovação desse Projeto. Senhor Presidente, mais uma vez a oposição demonstra compromisso com este Estado e com o Corpo de Bombeiros.

O Senhor Deputado **Ivo Som** pede uma Questão de Ordem: – Também quero parabenizar ao Corpo de Bombeiros e ao Relator que foi favorável a esse Projeto. Só quero engrandecer cada vez mais essa corporação que tem feito e fará cada vez mais pelo povo de Roraima. Minha orientação é para aprovação do projeto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede uma Questão de Ordem: - Senhor Presidente, apenas para pedir o apoio de todos os Parlamentares e agradecer o apoio das comissões desta Casa, parabenizar o Comando do Corpo de Bombeiros, o Governo do Estado pelo encaminhamento do Projeto de Lei que vem atender a todos os integrantes do Corpo de Bombeiros. Uma instituição que é orgulho para o Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 014/13 com emendas.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passemos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero comunicar a esta Casa, que está confirmado o movimento dos trabalhadores rurais de Serra Dourada e demais vicinais adjacentes que nessa manhã interditarão a BR-174, assim como na sexta-feira passada em protesto ao Governo do Estado pela não construção de uma ponte, que há oito meses impede a trafegabilidade naquela vicinal, causando grandes prejuízos àqueles moradores. Quero comunicar que estou me deslocando para acompanhar esse movimento, para dar a nossa contribuição e buscar um entendimento com esses trabalhadores, mas ao mesmo tempo quero pedir o apoio da base governista, junto ao Governador e ao Secretário de Infraestrutura, para que interceda na busca de uma negociação, o quanto antes, para que aquela ponte seja construída e nenhum trabalhador tenha mais prejuízo.

Senhor Presidente, peço que o Senhor designe uma equipe da TV Assembleia, para nos acompanhar, a fim de registrar, com maior clareza, as reivindicações daqueles cidadãos.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente,

quero comunicar aos colegas Deputados que recebi uma cópia de um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, enviada pelo deputado Luciano Castro, da proposta de reforma política. Se os Deputados quiserem acompanhar a proposta estou em meu gabinete pronto a fornecer as cópias aos interessados.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**: – Senhor Presidente, gostaria de comunicar à Mesa e aos nobres colegas, que estou me candidatando à vaga de Conselheiro do tribunal de Contrás do Estado, juntando o meu currículo com o meu curso de Pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, de Gestão Pública.

O Senhor Deputado **Ivo Som**: – Senhor Presidente, quero parabenizar a Comissão Mista da CPI, em nome do Presidente Chagas, e dizer que só esperamos agora, que os órgãos competentes façam o seu papel. Pois, essa CPI mostrou muita responsabilidade, com equipe preparada, advogados e etc. E procuramos chegar aos mais longínquos lugares, com a intenção de atendermos aquelas comunidades em algum Município, e resta esperarmos, pois o papel da CPI foi feito com clareza. Se alguma CPI deu em pizza, não foi o caso desta. Quero parabenizar a todas as pessoas que participaram ativamente da CPI, com a orientação do Presidente Chagas, e dizer que tomem como exemplo essa CPI para outras que vierem. Pois, essa CPI foi uma das últimas que eu concluo seu relatório na íntegra, mostrando a seriedade que teve esta Casa, no que diz respeito à telefonia móvel e fixa no Brasil e em especial em Roraima.

Amanhã iremos discutir o 4º Encontro das Mulheres Rurais, que foi aberto hoje, na Escola Severino Cavalcante, no Pintolândia. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Declaro encerrada a Sessão, convoco outra para o dia 13, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de**

Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jalser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 13/11/2013

ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÕES ESPECIAL EXTERNA CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N° 034/13.

**TERMO DE REUNIÃO N.º 001/13
 28 DE NOVEMBRO DE 2013.**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, o Senhor Deputado Erci de Moraes, Presidente desta Comissão, convocou nos termos do Edital de Convocação n° **001/13**, os Senhores Parlamentares que compõem esta Comissão Especial: **Gabriel Picanço**, Vice-Presidente; **George Melo**, Relator; **Marcelo Cabral e Soldado Sampaio**, Membros, para reunião extraordinária, com a finalidade de realizar a oitava do Senhor **Luiz Henrique Hamann**, indicado pelo Chefe do Poder Executivo, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Companhia Energética de Roraima-CERR. O Senhor Presidente ao constatar a falta de quórum não realizou a reunião.

Assinou a folha de presença o Senhor Deputado Erci de Moraes. Para constar, eu, Solange Macedo Soares, Secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

Erci de Moraes
 Presidente da Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
 DO ESTADO DE RORAIMA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, N° 202, CENTRO

